



Capítulo 6

A RELAÇÃO ENTRE STATUS SOCIOECONÔMICO, RELIGIÃO, DISPOSIÇÕES ATITUDINAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: EVIDÊNCIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO¹

FABIO LACERDA

— IBMEC-SP e FEI

SERGIO SIMONI JR.

— UFRGS

1. INTRODUÇÃO

As democracias contemporâneas passaram por mudanças significativas nas últimas décadas. Um dos aspectos mais notáveis dessas mudanças diz respeito à participação política. O progresso técnico alterou de modo profundo a comunicação nas sociedades democráticas. Ao mesmo tempo, assistimos a uma contestação dos mecanismos consolidados de representação política e a um abalo na confiança nas instituições tradicionais, o que obriga cientistas sociais a refletirem sobre como definir a participação política, como ela se dá hoje e quais são seus limites.

Existem diversos tipos de participação política. A mais tradicional e institucionalizada é a partici-

pação partidária e eleitoral, ou seja, a militância nas instâncias partidárias e no processo eleitoral. Outro tipo de participação, também institucionalizada no caso brasileiro, são os conselhos de políticas públicas, plebiscitos, referendos e as audiências públicas que ocorrem no âmbito dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Um terceiro tipo é o engajamento em grupos da sociedade civil e movimentos sociais. Outro é a participação em protestos, manifestações de rua e passeatas. Por fim, o tipo mais recente é a participação virtual, que se realiza nas redes sociais e nos fóruns de discussão na internet.

O presente capítulo apresenta um estudo de caso sobre estes cinco tipos de participação

1. Os autores agradecem aos comentários de Camila Mont'Alverne, Diego Moraes, Humberto Dantas, Jennifer Azambuja de Moraes e Lilian Sendretti.



política na cidade de São Paulo². O estudo se baseia em *survey* de 2019 aplicado na cidade de São Paulo a 2.417 eleitores paulistanos, realizado no âmbito do Índice de Democracia Local (IDL), projeto coordenado pelo Instituto Sívís. A cidade de São Paulo é importante palco de expressão de diversos tipos de participação política na história brasileira, como o movimento constitucionalista de 1932, a Marcha com Deus pela Família e Liberdade em 1964, as manifestações pelas “Diretas Já” no começo dos anos 1980, as ações favoráveis ao *impeachment* de Fernando Collor em 1992 e as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos nos anos seguintes. Notabiliza-se, ainda, por reunir diversos movimentos sociais de relevo, como o movimento popular de luta por moradia, o movimento negro e o movimento de diversidade sexual e de gênero.

“

A CIDADE DE SÃO PAULO É IMPORTANTE PALCO DE EXPRESSÃO DE DIVERSOS TIPOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA HISTÓRIA BRASILEIRA, COMO O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932, A MARCHA COM DEUS PELA FAMÍLIA E LIBERDADE EM 1964, AS MANIFESTAÇÕES PELAS “DIRETAS JÁ” NO COMEÇO DOS ANOS 1980, AS AÇÕES FAVORÁVEIS AO IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR EM 1992 E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS ANOS SEGUINTE.

O Estado de São Paulo também foi a principal base do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), os quais em grande medida organizaram o sistema partidário brasileiro entre 1988 e 2018. O PT foi fundado na capital paulista, no Colégio Sion, em fevereiro de 1980, a partir de militantes, intelectuais, católicos ligados à Teologia da Libertação e sindicalistas do ABC paulista. O PSDB, por sua

vez, foi fundado em 1988 e surgiu como um “racha majoritariamente paulista” (Mucinhato, 2019) de políticos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Além disso, a cidade de São Paulo também possui importantes experiências participativas por meio dos conselhos municipais, tais como o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Habitação.

Existem diversas explicações para a propensão a participar politicamente. De modo geral, se considera que esta é maior nos indivíduos situados nas posições mais elevadas na estratificação social e com habilidades cívicas desenvolvidas em outros âmbitos da esfera social (Verba *et al.*, 1995). Ainda pouco explorado é “se” e “como” os determinantes variam entre os diferentes tipos de participação e a relação do engajamento com a tolerância política e com o diálogo entre opiniões divergentes. Dadas as características do *survey* do IDL, buscamos oferecer evidências, por meio de modelos estatísticos multivariados, que possam contribuir para o debate sobre a relação entre status socioeconômico, religião, recursos, opiniões e atitudes políticas com os diferentes tipos de participação. Os resultados encontrados aqui, adiantando alguns aspectos, indicam que as disposições atitudinais ideológicas são importantes, matizando o impacto dos atributos sociais. Pessoas que participam politicamente também são mais propensas a dialogar com indivíduos de posição política divergente e a serem convencidas a mudar de opinião. Além disso, envolvimento em atividades religiosas está positivamente correlacionado com todos os tipos de participação, indicando uma interessante evidência de habilidades cívicas formadas no âmbito religioso. Importante, algumas das relações encontradas variam entre os tipos de participação. Notadamente, a participação política virtual é realizada por pessoas de todos os espectros ideológicos, à exceção dos centristas. Protestos e manifestações de rua, por sua vez, ao contrário do que seria de esperar a partir da proeminência assumida por movimentos políticos de direita nos últimos anos, ainda têm maior prevalência entre pessoas que se situam à esquerda.

2. O comparecimento eleitoral também é uma forma de participação política. Porém, pelo fato de o voto ser obrigatório no Brasil, não será analisado aqui.



Para um detalhamento desses resultados, o capítulo está dividido da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos o conceito de participação política; em seguida, oferecemos um relato conciso sobre o desenvolvimento da participação política no Brasil. Depois, apresentamos algumas das principais explicações e interpretações sobre os determinantes da participação política. Na seção seguinte, mostramos a análise empírica sobre a participação política na cidade de São Paulo feita a partir do *survey* do IDL. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

2. O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA³

O debate acadêmico sobre participação política perpassa diferentes disciplinas. Nosso foco será no debate oriundo da ciência política. Mesmo aqui, há divergências de ordem teórica e metodológica. A própria definição sobre o que é “participação política” não é trivial. Desde o início dos estudos na área houve pouco acordo sobre ao que exatamente o termo deveria se referir. Uma compreensão demasiada ampla de participação política poderia tornar o conceito inútil. No entanto, uma definição excessivamente estreita, que incluísse apenas a participação relacionada a eleições e partidos políticos, deixaria de lado muitas formas importantes de participação política atuais.

Parece pouco razoável, hoje, reduzir a noção de participação política apenas aos atos de votar ou doar dinheiro para um partido, por exemplo. Manifestações de rua se tornaram um aspecto central da política democrática contemporânea. Durante o primeiro semestre de 2020, mesmo vivendo sob algum tipo de política de isolamento social decorrente da pandemia do vírus SARS-CoV-2, milhões de pessoas nos Estados Unidos e em outros países protestaram nas ruas contra o racismo – manifestações que tiveram como estopim a morte de George Floyd, um homem negro, por policiais na cidade de Minneapolis. Por outro lado, é crescente a importância da internet e de redes sociais como fontes de informação e de expressão. Cada vez

mais, políticos usam redes sociais como meio de se dirigir a seus eleitores. Em muitos países, líderes populistas anunciam suas agendas pelo Twitter ou Facebook. Análises de opinião pública também são feitas com base nas redes. Formas não eleitorais ou partidárias de participação, tais como manifestações de rua e ativismo digital, seriam deixadas de lado caso a definição de participação política fosse muito estreita.

Na metade do século XX, a consolidação das democracias liberais e a expansão do sufrágio contribuíram para o surgimento de uma concepção de participação política estritamente entendida enquanto participação eleitoral (Van Deth, 2015). Os estudos da década de 1950 tinham como foco o comparecimento eleitoral (*turnout*), as campanhas e a filiação partidária. Gradualmente, o repertório de atividades foi aumentando e o escopo da participação política deixou de ser entendido apenas como atividades de cunho eleitoral.

A discussão sobre o escopo do conceito de participação política fica mais evidente se analisarmos como se deu seu desenvolvimento no campo da ciência política. As primeiras definições de participação política aparecem nas décadas de 1960 e 70, com os trabalhos de Lester Milbrath, Sidney Verba e Norman Nie (e.g., Milbrath, 1965; Verba, 1967; Verba e Nie, 1971). *Grosso modo*, os autores entendiam participação política como atos feitos por cidadãos com o intuito de influenciar o comportamento do governo. Fialho (2008) destaca que a concepção de participação política de Verba e Nie se baseava (i) na intenção dos cidadãos de influenciar o governo, (ii) não incluía opiniões ou crenças dos atores, e sim seus atos, (iii) reconhecia modos de participação não eleitoral e (iv) incluía apenas ações legais e legítimas – excluindo, portanto, protestos e violência política.

As reflexões de Milbrath, Verba e Nie se restringiam sobretudo aos Estados Unidos. À medida que cientistas políticos se debruçaram sobre outros países, o escopo da noção de participação política foi ampliado. Cabe destacar, nesse sentido, que,

3. A discussão apresentada aqui não é exaustiva. Para uma revisão mais detalhada do debate teórico e metodológico sobre participação política, ver Borba (2012).



ao analisar a participação em países em desenvolvimento, Huntington e Nelson (1976) aceitam de modo explícito que o conceito de participação política também devia incluir atos ilegais e violentos (Fialho, 2008).

Segundo Borba (2012), consideramos mais satisfatória a definição de participação política oferecida por Booth e Seligson (1978), que a definem como o comportamento que influencia ou tenta influenciar a distribuição de bens públicos. Segundo a concepção econômica usual, bens públicos são aqueles bens que, quando oferecidos a um membro de um grupo, não podem ser negados a outros membros do mesmo grupo (ver, por exemplo, Olson, 1965). Desse modo, quando um cidadão tenta influenciar a distribuição de um bem público, ele está participando politicamente. É importante ressaltar que essa definição não exige que a influência seja efetiva, podendo contemplar a mera tentativa de influenciar. Ela tampouco exige uma consciência clara das consequências da ação política. Além disso, ela não precisa se restringir a arenas formais de governo. Por fim, a participação política não precisa ser convencional, legal ou aceitável para o governo em questão, incluindo, portanto, ações que possam ser consideradas violentas ou ilegais (Booth, 1979).

3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Nesta seção, apresentamos um breve panorama histórico do desenvolvimento da participação política no Brasil. Para facilitar a organização da exposição, nos guiaremos pelas continuidades e mudanças do direito político ao voto, com maior ênfase nos demais tipos de participação para o período mais recente. Sempre que possível, tentamos ressaltar o papel de destaque que a cidade de São Paulo teve nos eventos relatados. A independência brasileira em 1822 ensejou a criação da Constituição de 1824, que perdurou até a proclamação da república. Segundo Carvalho (2001), a legislação brasileira da época era bastan-

te liberal, ao menos em perspectiva comparada. Todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem renda mínima anual de 100 mil-réis podiam votar⁴. Embora mulheres e escravos não tivessem direito a voto, essa legislação permitia que quase toda a população masculina votasse. Cumpre notar, também, que as eleições ocorreram de modo quase ininterrupto desde 1822 até 1930. É verdade, porém, que a grande maioria da população era analfabeta, vivia em áreas rurais e que a dinâmica política era marcada por fraudes e violência.

A participação política durante a Primeira República, período que vai de 1889 até 1930, costuma ser vista de modo limitado. Em que pese o direito ao voto, a política do período foi marcada pelo coronelismo, por fraudes eleitorais e pela ausência de competição política. O período entre 1930 e 1937, que vai do fim da Primeira República ao início do Estado Novo, foi de forte mobilização política.

As eleições de 1933 e 1934 foram as primeiras com algum grau de competitividade eleitoral no Brasil e feitas já sob o Código Eleitoral de 1932, que instituiu o voto secreto, o voto feminino e criou a Justiça Eleitoral (Silva e Silva, 2015), medidas adotadas no bojo de respostas ao movimento paulista conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932. Outro aspecto fundamental da instituição do Código Eleitoral de 1932 foi a adoção do voto obrigatório. Sua justificativa se baseia na premissa de que a participação voluntária afastaria os mais pobres e vulneráveis das urnas. Para votarem, eles precisariam ser levados por seus patrões. Quando, ao contrário, todos são obrigados a votar, “decrece a vantagem dos que controlam magotes de votos” (Limongi *et al.*, 2015, p. 26).

É na década de 1930, também, que surgem grandes movimentos políticos no Brasil: a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política de esquerda liderada por Luís Carlos Prestes, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista dirigido por Plínio Salgado, cuja base era São Paulo. Em 1937, por meio de um golpe de

4. Segundo Carvalho, “[a]s exigências de renda na Inglaterra, na época, eram muito mais altas, mesmo depois da reforma de 1832. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu da época tivesse legislação tão liberal.” (2001, p. 30)



Estado, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, regime político autoritário que suprimiu o poder legislativo, as eleições e os partidos políticos, instituiu a censura, proibiu manifestações políticas e legislou por decreto. O Estado Novo perdurou até 1945, quando Vargas foi deposto e se realizaram novas eleições. É praticamente consensual na ciência política brasileira que a primeira experiência democrática no país começaria a partir daí e se manteria até 1964.

A Constituição de 1946 expandiu o direito de voto a todos os homens e mulheres com mais de 18 anos, ainda que tenha mantido a proibição ao voto dos analfabetos, que, na época, eram quase 60% da população (Carvalho, 2001). A participação política eleitoral cresceu de modo considerável a partir de 1946. O número de votantes aumentou enormemente. As eleições se tornaram competitivas. A ação política organizada em partidos e sindicatos também cresceu. Pela primeira vez em sua história, o país teve partidos nacionais de massas.

Em meados dos anos 60, algumas das principais elites políticas se radicalizaram. Manifestações de rua à esquerda e à direita, dentre as quais a Marcha da Família por Deus e Liberdade, cuja expressão mais conspícua ocorreu em São Paulo, foram sucedidas por um golpe militar em 1964. Assim como ocorreu com o Estado Novo, o regime autoritário que emergiu desse golpe representou grande retrocesso para a participação política. O presidente Goulart foi destituído e os militares assumiram o governo. Logo de início, muitos líderes políticos tiveram seus direitos cassados. Associações civis, como sindicatos e uniões estudantis, sofreram intervenção e/ou foram obrigadas a fechar. As eleições diretas para presidente e governadores foram abolidas e os partidos políticos dissolvidos. No lugar deles, foi criado um novo sistema bipartidário. Em 1968, o governo militar avançou em nova onda autoritária. O Congresso foi fechado, mandatos foram cassados, a imprensa foi censurada e direitos políticos foram suspensos. Apesar disso, cumpre observar que, entre 1964 e 1985, o Congresso permaneceu aberto a maior parte do tempo e as eleições legislativas foram mantidas, ainda que expurgadas dos candidatos mais críticos ao regime. Durante todo o período,

a despeito das limitações impostas pelo regime, o eleitorado aumentou. Se, em 1960, 18% da população votava, em 1986 esse percentual chegou a 47% (Carvalho, 2001).

Em 1985, foi promulgada emenda à Constituição de 1967 que instituiu o direito de voto aos analfabetos. No que se refere à restrição educacional ao voto, cabe observar que as leis específicas sempre foram frouxas, nunca exigindo provas de alfabetização ou diplomas. Desse modo, é certo que os partidos conseguiam burlar essa proibição. Em que pese a importância da extensão do direito de voto aos analfabetos conseguida em 1985, a definição de analfabetismo para fins de alistamento eleitoral sempre foi vaga, e a proibição, sempre burlada (Limongi *et al.*, 2015).

A partir de 1974, a ditadura militar brasileira começou um lento e gradual processo de “distensão”. Em 1979, foi abolido o bipartidarismo forçado. Em 1982, ocorreram eleições diretas para os executivos estaduais. A gradual abertura e o fortalecimento dos grupos de oposição contribuíram para a criação do movimento pelas “Diretas Já”, uma mobilização civil em defesa das eleições diretas para presidente da República. Embora a proposta de emenda constitucional com tal fim tenha sido rejeitada, o movimento foi um importante marco da participação política no país, atingindo seu ápice no comício na Praça da Sé em São Paulo com mais de um milhão de participantes. Em 1985, uma eleição indireta escolheu o candidato Tancredo Neves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como presidente do Brasil. Era o primeiro presidente civil desde a eleição de Goulart. Em 1986, ocorreram eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, que seria responsável pela criação da Constituição Federal de 1988, a carta mais participativa que o país já teve.

O sistema político brasileiro criado pela Constituição de 1988 incorporou diversas formas de participação política. Além das eleições para cargos nacionais, estaduais e municipais, a carta constitucional brasileira também estabeleceu a participação direta por meio de plebiscitos, referendos e por meio de incentivos a instituições



participativas locais, tais como os conselhos de políticas e os orçamentos participativos (Avritzer, 2007). Os conselhos são instituições formadas por representantes do poder executivo e atores da sociedade civil. Cada conselho está relacionado a um tema e política específicos: saúde, assistência social, educação etc. O orçamento participativo é uma instituição cuja iniciativa coube a governos municipais e que permite a participação de cidadãos em negociações sobre a alocação de gastos. O desenvolvimento dos orçamentos participativos no Brasil foi, desde o início, uma conquista associada ao Partido dos Trabalhadores (PT).



O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO CRIADO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988 INCORPOROU DIVERSAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. ALÉM DAS ELEIÇÕES PARA CARGOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, A CARTA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA TAMBÉM ESTABELECEU A PARTICIPAÇÃO DIRETA POR MEIO DE PLEBISCITOS, REFERENDOS E POR MEIO DE INCENTIVOS A INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS LOCAIS, TAIS COMO OS CONSELHOS DE POLÍTICAS E OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS”

Desde 1988, as eleições brasileiras para executivo e legislativo nos níveis municipal, estadual e federal ocorreram sem interrupções. Segundo Limongi, Cheibub e Figueiredo (2015), referindo-se especificamente à participação eleitoral:

“o período [que vai de 1945 até aos dias atuais] assiste a um processo de ampliação da participação, entendida como diminuição generalizada dos custos individuais referentes a alistamento, comparecimento e expressão de uma preferência política. (...) A ampliação da participação não se deu de forma incontestada e tampouco foi produto de um idealismo que via a probidade do processo eleitoral como a condição para o progresso político do país.

A expansão progressiva da participação eleitoral no Brasil, assim como suas flutuações ao longo dos anos, resultou do embate entre forças partidárias que projetavam os efeitos das medidas defendidas sobre suas bases eleitorais” (p. 26-27)

Diversos movimentos civis e sociais, alguns existentes já durante a ditadura, floresceram sob a égide da “Constituição Cidadã”. O processo de redemocratização, junto com a eleição de governos comprometidos com a participação da sociedade civil, abriu espaço para o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais. Em 1978, na cidade de São Paulo, foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações de luta contra o racismo do país (Aguilar, 2017). No mesmo ano de 1978, também foi criado em São Paulo o grupo Somos, cuja fundação é considerada “o marco do início da luta política dos homossexuais em São Paulo e no Brasil” (Santos, 2007, p 124).

No caso de São Paulo, a ascensão de governos de esquerda resultou em uma ampliação dos canais de diálogo entre o governo e os movimentos sociais. Foi o caso do movimento de moradia, que se beneficiou dos governos petistas de Luiza Erundina (1989-1992) e Marta Suplicy (2001-2004) (Tatagiba e Blikstad, 2011). A capital paulista foi importante para o desenvolvimento de um movimento popular de luta por moradia (Tatagiba *et al.*, 2012), que se inicia no fim da década de 1980, e que, com a criação do Conselho Municipal de Habitação, em 2002, passa a orientar parte de seus recursos para participar do conselho.

Para Laval (2011), o que se compreende atualmente por “participação” remonta a um ideário construído a partir dos anos 1960. Tratava-se de um ideal de participação *popular*, e não eleitoral ou representativa. Erigido durante o regime militar, tal ideal não se baseava propriamente numa proposta de restauração democrática, mas de “emancipação popular” (p. 34), influenciado por uma leitura oriunda da teologia da libertação e que entendia a participação como uma forma de se contrapor à injustiça social. Com a Constituição de 1988, esse ideal teria adquirido um novo perfil; em vez de popular, a participação seria entendi-

da enquanto participação cidadã. Essa mudança refletia a absorção, por parte do conceito político de participação, de um conteúdo liberal-democrático. Os grupos engajados na participação popular, argumenta Lavallo (2011), reelaboraram seu discurso, adotando uma linguagem calcada na ideia de direitos humanos e de uma participação cidadã. Foi com essa linguagem que o ideal de participação foi consagrado na Constituição de 1988; e uma das principais formas pelas quais ela se materializou na ordem política pós-1988 foi a dos conselhos gestores de políticas públicas.

Do ponto de vista partidário, a ordem política democrática brasileira foi marcada por uma disputa bipartidária no plano federal de 1994 a 2014. Apenas PT e PSDB se alternaram na chefia do executivo federal. Esse bipartidarismo federal estruturava e tornava inteligível a disputa política nacional. Os demais partidos atuavam como membros de coalizões lideradas por PT (centro-esquerda) ou PSDB (centro-direita). Em que pesem suas desavenças, ambos foram formados por lideranças políticas com um histórico comum de luta contra o regime militar e reuniram as figuras políticas mais expressivas do país das últimas décadas. Suas principais bases organizacionais se localizam no Estado de São Paulo. O PSDB, em particular, ganhou todas as eleições para o governo paulista desde 1994 e existem evidências de que ambos os partidos estruturaram bases sociais relativamente estáveis e diferenciadas (Simoni Jr., 2019).

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, a participação política no Brasil continuou se expandindo, tanto em termos de métodos quanto de atores. A internet se tornou espaço privilegiado tanto na divulgação e mobilização de movimentos, protestos e abaixo-assinados, quanto como espaço próprio de engajamento político. Além disso, as próprias instituições tradicionais do sistema representativo expandiram seu alcance por meio de canais e mídias sociais oficiais de políticos e casas legislativas, permitindo aos brasileiros o acompanhamento do mandato dos seus representantes e a votação em consultas sobre proposições legislativas.

A década de 2010 marca certa inflexão na dinâmica participativa, à medida em que movimentos

sociais e atores tradicionalmente vinculados à esquerda perdem espaço, e novos atores entram em cena. O evento que representou o estopim para essa inflexão foram as chamadas Manifestações de Junho de 2013. Segundo Souza (2018), o ciclo de protestos se iniciou na cidade de São Paulo, no dia 3 de junho, quando um protesto contra o aumento das tarifas reuniu aproximadamente 500 pessoas na avenida M'Boi Mirim. Três dias depois, outro ato contra o aumento das tarifas organizado pelo Movimento Passe Livre (MPL) reuniu cinco mil pessoas, dessa vez no centro da cidade. Nos dias seguintes, novos atos ocorreram em São Paulo e se iniciaram também em outras cidades. No dia 19 de junho, o aumento das tarifas foi revogado em São Paulo. O ciclo de protestos chegou a seu ápice no dia 20, quando atos em pelo menos 130 cidades ocorreram simultaneamente e cerca de 1,4 milhão de brasileiros foram às ruas. Além de ter sido o local de início dos protestos, a cidade de São Paulo teve um total de 89 eventos de protesto durante todo o mês de junho, o que representou aproximadamente 17% de todos os eventos do ciclo de protestos de junho de 2013 (Souza, 2018, p. 116).

Às manifestações de rua de 2013, seguiram-se novas manifestações em 2014 e, sobretudo, em 2015 e 2016 (Alonso, 2017). Cabe destacar que, se as demandas dos protestos de junho de 2013 eram difusas (começaram contra o aumento das tarifas, mas muitas outras pautas foram incorporadas), as manifestações de março de 2015 e 2016 tinham como mote o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). A tônica desses novos protestos era acentadamente anticorrupção e antipetista. As manifestações de 2015 ocorreram na esteira de escândalos de corrupção descortinados pela Operação Lava Jato. Multidões foram às ruas chamadas principalmente por três novos movimentos: Revoltados Online; Movimento Brasil Livre (MBL); e Vem Pra Rua. Mais uma vez, a cidade de São Paulo teve papel de destaque: segundo o Instituto Datafolha, 210 mil manifestantes teriam se reunido na capital paulista, tornando essa a maior manifestação política desde as Diretas Já (Limon-gi, 2015). Em 2016, as manifestações contra Dilma foram ainda maiores, atingindo um novo recorde na cidade de São Paulo, quando, em 13 de março



de 2016, 500 mil pessoas protestaram na avenida Paulista contra o governo⁵.

A eleição de Jair Bolsonaro (então filiado ao PSL, mas atualmente sem partido), em 2018, interrompeu a hegemonia de PT e PSDB na chefia do executivo federal. Além de seu peso simbólico, a vitória de Bolsonaro também consolidou a guinada conservadora nas manifestações de rua e protestos no Brasil. Desde 2014, há uma percepção difusa de que a direita se tornou a principal protagonista das manifestações. Tal percepção, porém, contrasta em parte com os resultados encontrados neste trabalho, como se verá adiante.

4. INTERPRETAÇÕES E EXPLICAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Conforme evidenciado nas seções anteriores, o conceito de participação política pode englobar um conjunto bastante amplo de fenômenos políticos. Mesmo estabelecendo o critério – talvez um pouco arbitrário – de nos limitarmos ao debate oriundo da ciência política, ainda assim a pesquisa acadêmica sobre participação política é extensa e se mistura com diferentes subáreas e debates no interior da disciplina (cultura política, capital social e comportamento eleitoral seriam alguns exemplos). Assim, nesta seção, optamos por fazer uma breve revisão de explicações para a participação política privilegiando variáveis que se relacionam aos achados da análise empírica conduzida a partir do *survey* do IDL.

Um dos achados mais consistentes da ciência política no debate sobre participação é o de que o grau de participação política de um indivíduo está altamente correlacionado com seu status socioeconômico (SES, no acrônimo em inglês), isto é, com variáveis como escolaridade, renda e ocupação. Evidências dessa correlação estão presentes em vários dos estudos seminais da área (e.g., Campbell et al., 1960; Verba e Nie, 1972; Wolfinger e Rosenstone, 1980). No entanto, em que pesem seus méritos, o modelo SES foi criticado por ter sido in-

capaz de oferecer uma explicação causal para esse comportamento. Brady, Verba e Schlozman (1995) tentaram ir além do modelo SES, apresentando uma abordagem baseada em recursos – tempo, dinheiro e habilidades cívicas. Essas habilidades não seriam adquiridas apenas no início da vida, mas também seriam desenvolvidas em instituições não-políticas, tais como o local de trabalho, organizações e igrejas. De acordo com o “modelo recursista”, alguns recursos, como dinheiro e certos tipos de habilidades cívicas, estariam relacionados ao status socioeconômico dos indivíduos, mas tempo livre e outras habilidades não estariam.

“

UM DOS ACHADOS MAIS CONSISTENTES DA CIÊNCIA POLÍTICA NO DEBATE SOBRE PARTICIPAÇÃO É O DE QUE O GRAU DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE UM INDIVÍDUO ESTÁ ALTAMENTE CORRELACIONADO COM SEU STATUS SOCIOECONÔMICO (SES, NO ACRÔNIMO EM INGLÊS), ISTO É, COM VARIÁVEIS COMO ESCOLARIDADE, RENDA E OCUPAÇÃO.”

Embora muitos estudos destaquem o papel relevante de instituições religiosas na dinâmica política americana, Verba, Schlozman e Brady (1995) sublinham também a importância das igrejas como organizações que, mesmo quando não perseguindo objetivos distintamente políticos, contribuem para o desenvolvimento de habilidades cívicas por parte de seus membros, habilidades que serão cruciais para a participação política. Entre as diversas evidências apresentadas pelos autores, cabe destacar a de que nenhuma outra forma de filiação institucional é tão altamente correlacionada com o voto nos Estados Unidos quanto a filiação religiosa (idem).

A filiação religiosa, em princípio, não seria necessariamente determinada pela renda, permitindo

5. “Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma”, G1, 13/03/16.

oportunidades mais ou menos iguais para seus membros, o que, por sua vez, poderia ajudar os cidadãos com pior status socioeconômico. Jones-Correa e Leal (2001) encontraram evidências de que a frequência ao culto religioso nos Estados Unidos – seja ele qual for – estaria positivamente correlacionada à participação política. McClendon e Riedl (2015) apresentam evidências de um experimento em Nairobi, no Quênia, no qual mensagens religiosas de autoafirmação aumentaram a propensão dos respondentes à participação política.

Há poucos estudos que tratem especificamente da relação entre religião e participação política no Brasil⁶. Isso se deve a pelo menos três razões, todas elas relacionadas entre si. Em primeiro lugar, o país só se redemocratizou em 1988. Ainda que a ditadura militar não tivesse abolido as eleições por completo, o período autoritário ficou marcado por severas limitações ao ativismo político, partidário e eleitoral. Em segundo lugar, foi apenas nas últimas duas décadas que grandes *surveys* eleitorais começaram a ser aplicados no Brasil (mesmo assim, ainda são poucos). Os mais notórios são o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pesquisa pós-eleitoral realizada pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), da Unicamp, desde 2002; e o *AmericasBarometer*, do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), da *Vanderbilt University*, que cobre a quase totalidade das Américas e é realizado desde 2004⁷. Boa parte das pesquisas sobre participação política na ciência política se baseiam em *surveys*, de modo que seu número reduzido limita o número de pesquisas. Em terceiro lugar, o Brasil é um país historicamente católico, com baixa diversidade religiosa. Foi apenas nas últimas décadas que evangélicos passaram a representar uma fração expressiva do eleitorado. Embora o percentual de evangélicos venha crescendo de modo consistente, foi somente na década de 2000 que ele chegou a 15% da população brasileira. Em que pese não haver muitos trabalhos sobre religião e participação política no Brasil, há um número crescente de pesquisas evidenciando a importân-

cia da filiação religiosa para o comportamento eleitoral em geral (e.g., Bohn, 2004; Carreirão, 2007; Amaral, 2020).

Assim como religião, raça é um elemento importante no debate sobre participação política. Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o desaparecimento da escravidão não levou à inserção dos negros libertos às sociedades. Em ambos os países, há uma associação entre raça e fatores socioeconômicos como renda, escolaridade e ocupação. Se não-brancos estão, em média, em situação pior em termos socioeconômicos, é de se esperar que apresentarão menor participação política (Verba et al., 1993). No entanto, em que pese alguma semelhança entre os casos americano e brasileiro, as diferenças são importantes. A identidade racial não produziu uma identidade de grupo tão forte no Brasil (Bueno e Fialho, 2009). Ainda assim, a literatura apresenta evidências de que há uma associação entre raça e comportamento político (e.g., Souza, 1971; Bueno e Fialho, 2009; Aguilar et al., 2015).

Outro aspecto que merece ser destacado é o da relação entre gênero e participação política. Segundo Schlozman, Burns e Verba (1994), os primeiros estudos sobre o tema revelaram a existência de uma disparidade na participação; homens participariam politicamente mais do que mulheres. Esta agenda de pesquisa evoluiu fortemente e trabalhos mais recentes apontaram que, mesmo considerando uma gama mais ampla de participação – i.e., que não se restrinja apenas a eleições e partidos –, ainda assim homens participam mais do que mulheres. Porém, mulheres possuem menos acesso a recursos que facilitam a participação. Quando esses recursos são colocados à sua disposição, a diferença de participação entre homens e mulheres diminui (Schlozman et al., 1994). Em trabalho posterior, Desposato e Norrander (2009) apresentam evidências de que o “*gender gap*” existe em toda a América Latina e que não seria afetado pelo desenvolvimento econômico por si só.

6. Uma exceção é Ribeiro e Walter (2017).

7. Há, também, as pesquisas de opinião pública realizadas por empresas privadas, tais como o Datafolha e o Ibope.



A ideologia também é um fator importante na literatura sobre participação política. De modo geral, assume-se que o *continuum* ideológico vai da extrema-esquerda até a extrema-direita e que indivíduos são capazes de se posicionar em algum lugar desse espectro. A esquerda costuma ser associada à luta por mudança social e à maior igualdade; a direita, ao contrário, é associada à defesa da manutenção da ordem e maior liberdade. Os estudos sobre ideologia e participação sugerem duas hipóteses gerais sobre o tema: primeiro, considera-se que há uma associação positiva entre extremismo ideológico (i.e., indivíduos que se situam nos extremos do espectro, sejam de esquerda ou de direita) e participação política; segundo, considera-se que maior participação política está relacionada com um posicionamento ideológico à esquerda no espectro político (Van der Meer *et al.*, 2009; Martin e Van Deth, 2007).

Outro aspecto importante diz respeito ao impacto da idade na participação política. A literatura se divide sobre se seria mais adequado falar em idade ou ciclos de vida. Características como status marital e parental, experiência ocupacional, ser proprietário de imóvel, condição física e saúde mental – todas elas podem estar associadas à idade (Jennings, 1979; Stoker e Jennings, 1995). Porém, o significado de ter certa idade varia com o tempo. A média de idade na qual os brasileiros se casam, por exemplo, cresceu consideravelmente nas últimas décadas. Assim, parte da literatura dá preferência à ideia de efeitos de ciclos de vida – as mudanças sociais, psicológicas e físicas que ocorrem à medida em que os indivíduos envelhecem (Erkulwater, 2012). Algumas mudanças, tais como o casamento e a paternidade, podem estar associadas a um maior comprometimento com a comunidade e, portanto, a um aumento de participação política. Considerando tanto a idade quanto os ciclos de vida, a literatura sugere que a participação política cresce à medida em que o indivíduo vai se tornando adulto, atinge um pico entre os 40 e os 50 anos e começa a declinar a partir dos 60 (Quintelier, 2007).

Uma agenda no debate público e na pesquisa acadêmica que ganha importância nos últimos anos consiste na compreensão da elevada polarização política (Jacobson, 2005; Abramowitz e Saunders,

2008) e no papel da internet como novo meio de participação. A exacerbação de diversas pautas estaria diminuindo a tolerância e o diálogo entre opiniões divergentes. Esses fenômenos seriam influenciados, de acordo com parte das visões, pela difusão do mundo virtual. Fontes de informação e de contatos sociais se multiplicam, não ficando mais restritas aos grandes grupos de mídia impressa e a pessoas conhecidas. Em realidade, pode-se constatar visões divergentes sobre os contornos e as consequências do uso da internet para formação de preferências e de comportamentos políticos (Xenos, Vromen e Loader, 2014; Deb *et al.*, 2017; Morais, 2017).

Algumas perspectivas defendem que a internet permite não apenas tomar contato com diversos pontos de vista sobre as questões sociais e políticas, mas também se envolver ativamente no debate. Como os custos de participação tendem a ser mais baixos que as formas tradicionais, pois a expressão na internet pode ser feita a qualquer momento (em que pese a restrição de acesso à internet no Brasil para a população mais vulnerável), a rede virtual permitiria que os cidadãos se aproximassem do ideal de democracia no qual suas preferências possam ser formuladas a partir de fontes alternativas de informação, ser expressas pelos diversos meios de comunicação e ser igualmente consideradas na conduta dos governos (Dahl, 2015).

Outra visão, no entanto, ressalta que, menos que possibilitar a posse de diversos tipos de informação, a internet daria mais possibilidade para pessoas buscarem informações mais condizentes com suas preferências, tanto pela diversidade de *sites*, de algoritmos programados para direcionamento de conteúdo, quanto pelos mecanismos de busca e filtros tipo Facebook, fortalecendo as bolhas e câmaras de eco. Além disso, o meio virtual concede mais possibilidade de proclamar afinidade de grupo. Essa corrente ressalta que as pessoas não são apenas passivas, antes compartilham notícias de forma a reforçar sua afinidade com grupos, o que acabaria por ensejar polarização política.

Esses fenômenos seriam ainda causa e consequência da crise dos partidos políticos e das

instituições tradicionais de representação. Como lembra Sorj,

“O impacto do novo mundo virtual não pode ser dissociado dos processos sociais mais amplos na sociedade e no sistema político, que, por sua vez, são afetados pelas novas formas de comunicação. Por exemplo, as transformações sociais — no mundo do trabalho e do consumo, os processos de individualização, a crise dos marcos ideológicos que estruturaram a vida política no século XX, o enfraquecimento dos partidos políticos — são anteriores ao surgimento da comunicação via Internet, que é influenciada por essas tendências preexistentes, ao mesmo tempo em que as modifica” (Sorj, 2016: 12).

Outra interpretação alternativa ressalta que a participação política virtual não seria nem virtuosa nem problemática para a democracia. Antes, o ativismo virtual, ou “clique-ativismo”, seria inócuo, uma forma preguiçosa de participação política (Vissers & Stolle, 2014).

A partir deste debate, desenvolvemos a análise empírica apresentada a seguir. Estamos guiados pelas seguintes questões: qual é a importância do status socioeconômico e de recursos para influenciar maior ou menor participação política? Filiação e envolvimento religioso têm associação com engajamento político? Pessoas que se consideram de esquerda têm de fato maior propensão à participação? Além disso, pessoas que se empenham em

atividades políticas são mais ou menos tolerantes, propensas a serem convencidas a mudar de opinião e capazes de dialogar com opiniões opostas do que pessoas que não participam politicamente? Tão importante quanto: as associações empíricas variam de acordo com o tipo de participação?

5. ANÁLISE EMPÍRICA A PARTIR DO SURVEY DO IDL

A participação política é uma atividade pouco exercida pela maioria dos paulistanos. Como mostra a Tabela 1, quase três quartos dos entrevistados declararam nunca participar de atividades partidárias e ligadas ao processo eleitoral (para além do próprio ato de votar), de conselhos municipais/audiências públicas ou de protestos e manifestações de rua. É interessante notar que a frequência de envolvimento no tradicional canal partidário, comumente tido como em crescente crise, é similar a de protestos e manifestações, movimentos vistosos no Brasil e em São Paulo nos últimos anos. Organizações da sociedade civil e participação política virtual, por sua vez, acobertam um percentual mais elevado de pessoas, com quase metade relatando algum grau de participação:

Em que pese a baixa participação, a grande maioria valoriza estas atividades, conforme a Tabela 2. Cerca de 70% da amostra considera que os dife-

Tabela 1 | Frequência de participação política (% de respostas válidas)

	Partidária	Conselho	Soc. Civil	Protestos	Virtual
Nunca	75.2	74.5	59.4	69.5	56.9
Raramente	11.2	12.7	14.6	12	11.8
Às vezes	7.5	7.9	15.9	11.3	15.3
Frequentemente	1.9	2.2	3.9	2.9	5.9
Sempre	4.2	2.7	6.2	4.3	10.1

rentes tipos de participação são importantes ou muito importantes para a democracia brasileira. Apenas o envolvimento político virtual angaria um apoio ligeiramente menor, mas ainda majoritário de 60%.

razões estatísticas, pois poucas pessoas relatam participar “às vezes” e “frequentemente”, o que prejudica as estimativas, quanto substantivas: pensamos que é razoável considerar indivíduos que se encontram nessas categorias como pes-

Tabela 2 | Importância para democracia brasileira (% respostas de válidas)

	Partidária	Conselho	Soc. Civil	Protestos	Virtual
Nada	15.1	14.1	10.9	17.1	20.1
Pouco	12.6	13.8	13.2	14.1	20
Importante	36.8	39.6	41.5	36.6	36.4
Muito	35.5	32.5	34.4	32.2	23.5

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IDL.

Por que as pessoas participam pouco se consideram estas atividades importantes? Além disso, o que explica a notável variação na frequência nos diferentes meios de participação política? Provavelmente, isso se deve a heterogeneidades nos graus de estrutura de oportunidades, como exposto anteriormente. Ou seja, a depender de condições sociais, econômicas e atitudinais, indivíduos estão mais ou menos propensos a se manifestarem politicamente. Ademais, em que medida o grau de envolvimento está relacionado com valores e posicionamentos políticos importantes para a polarização recente?

Para realizar essa análise, lançamos mão de modelos de regressão logística multinomiais⁸. Agrupamos as respostas quanto ao grau de participação, originalmente mensuradas em cinco categorias, em três grupos: nunca participa, raramente participa e participa politicamente (esse último grupo englobando as categorias “às vezes”, “frequentemente” e “sempre”). Este procedimento se deve tanto a

soas que se envolvem, de alguma maneira, em atividades políticas.

Utilizamos como variáveis explicativas sociodemográficas: renda, escolaridade, raça, idade e sexo, relacionadas ao debate sobre status social e recursos. Religião tem um papel importante na análise, dada sua proeminência nos últimos anos no debate político brasileiro. Além da filiação, em consonância com explicações correntes analisamos a associação entre o grau de envolvimento em atividades religiosas e os diferentes tipos de participação política. Como variáveis atitudinais, consideramos posição ideológica e, como medida acerca de comportamentos e valores relacionados à polarização, utilizamos tolerância e diálogo com opiniões opostas e propensão de ser convencido a mudar de opinião.

Uma nota metodológica é necessária. Primeiro, dada a estrutura dos dados e do modelo utilizado, não é possível falar em causalidade no que diz

8. Alternativamente, aplicamos o modelo de regressão logística ordinal. Os resultados são praticamente os mesmos dos aqui apresentados, mas como o pressuposto de regressão paralela (Long e Freese, 2014) do modelo ordinal é violado em alguns dos casos, preferimos o multinomial.



respeito às variáveis atitudinais e de envolvimento em atividades religiosas. Não sabemos se tolerância ou envolvimento religioso causa participação, ou se participação causa tolerância ou envolvimento religioso, por exemplo. Dessa forma, é mais apropriado falar em “associações” ou “correlações” do que em “efeitos”. Segundo, as variáveis demográficas podem também causar as variáveis independentes atitudinais. Ou seja, é provável a existência de regressores endógenos. Assim, as conclusões da análise abaixo devem ser tomadas com a devida cautela.



POR QUE AS PESSOAS PARTICIPAM POUCO SE CONSIDERAM ESTAS ATIVIDADES IMPORTANTES? ALÉM DISSO, O QUE EXPLICA A NOTÁVEL VARIAÇÃO NA FREQUÊNCIA NOS DIFERENTES MEIOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA? PROVAVELMENTE, ISSO SE DEVE A HETEROGENEIDADES NOS GRAUS DE ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES, (...). OU SEJA, A DEPENDER DE CONDIÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E ATITUDINAIS, INDIVÍDUOS ESTÃO MAIS OU MENOS PROPENSOS A SE MANIFESTAREM POLITICAMENTE.”

Para facilitar a visualização dos resultados, optamos por mostrar graficamente as razões de risco relativo⁹ com o intervalo de confiança de 95% apenas da comparação entre a *baseline* (“nunca participa”) com “participa” politicamente, segregadas por tipos de variáveis. Reforçando: os modelos foram rodados com todas as variáveis independentes conjuntamente e geram dois

conjuntos de coeficientes, um que compara a *baseline* com “participa”, e outro que a compara com “raramente participa”. Mas, para fins de exposição no texto, a apresentação dos resultados é feita separadamente por conjuntos de variáveis e são apresentados somente os coeficientes que comparam as pessoas que relatam que “participam” com aquelas que dizem que “nunca participam”. As categorias de referência das variáveis independentes são: fundamental incompleto; até 1 S.M (Salário Mínimo).; branca; de 16 a 29 anos; homem; sem religião; nunca participa de grupo religioso; extrema esquerda; nunca dialoga com opiniões divergentes; nada disposto a mudar de opinião; e considera inaceitável opiniões opostas.

Inicialmente, vejamos a associação entre as variáveis sociodemográficas e os diferentes tipos de participação no Gráfico 1 (página 141).

Os resultados mostram que há pouca associação entre as variáveis demográficas e participação política¹⁰. Alta escolaridade está correlacionada com engajamento em associações da sociedade civil, em protestos e manifestações virtuais. Pessoas pardas têm menor probabilidade de participação em protestos e manifestações virtuais, e negras têm, ao contrário, maior probabilidade de envolvimento com sociedade civil¹¹, ambas em comparação com pessoas brancas. Entrevistados de idade entre 45 a 50 anos apresentam maior participação em organizações da sociedade civil e conselhos que jovens até 29 anos, a categoria de referência. Mulheres participam mais que homens na sociedade civil.

Interessante notar que as formas menos convencionais ou não-institucionais de participação estão mais positivamente correlacionadas com posições na estratificação social. Em outras palavras, enga-

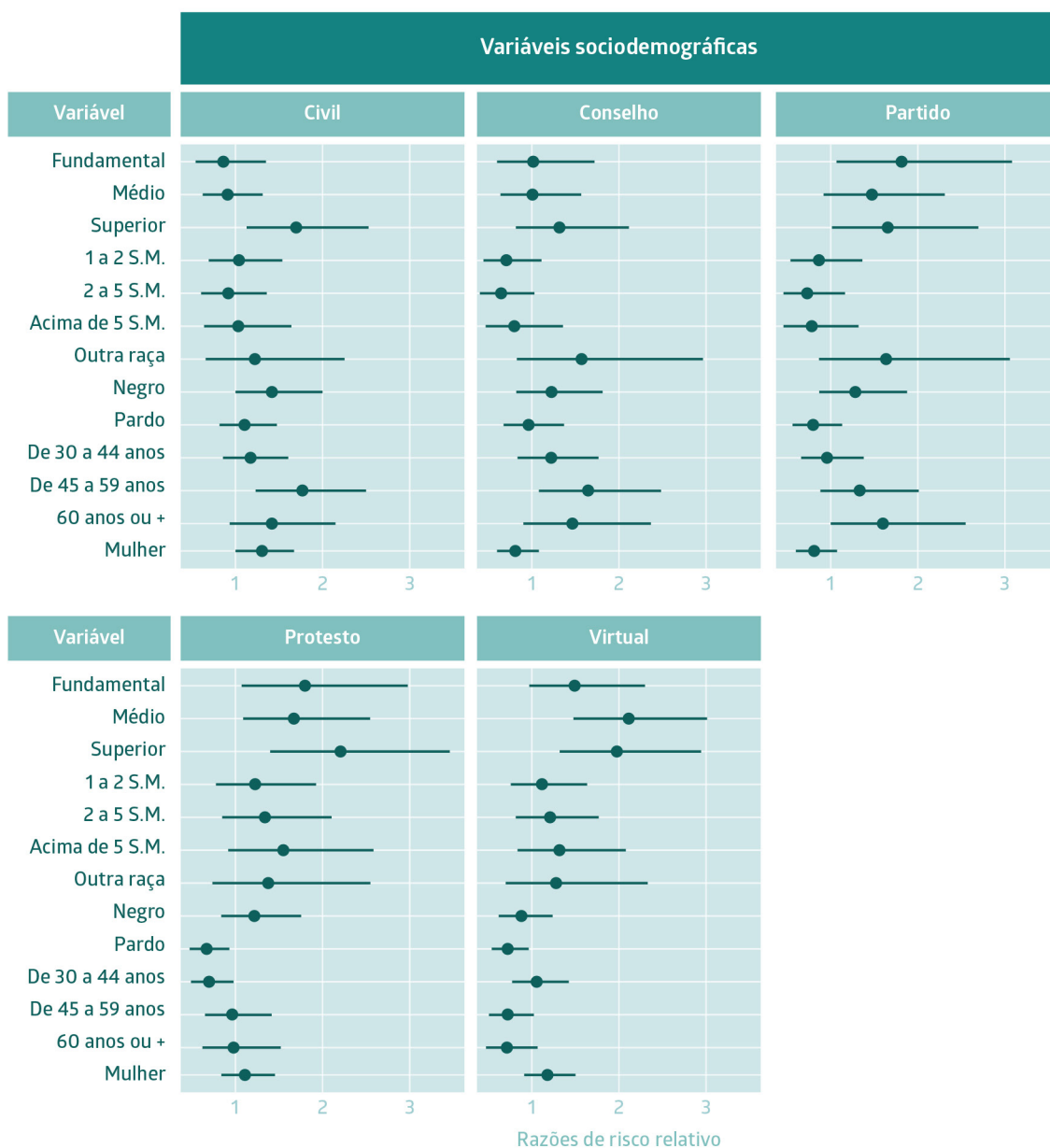
9. Trata-se da probabilidade de possuir determinado atributo da variável em questão e participar politicamente dividida pela probabilidade de não possuir este atributo e participar politicamente. O coeficiente varia de 0 a infinito: se menor que 1, a variável diminui a probabilidade de participar, se maior que 1, aumenta, e se igual a 1 a chance é a mesma entre participar e não participar.

10. Um modelo que inclui apenas este tipo variável explicativa mostra maior correlação positiva e significativa da escolaridade e, em alguns casos, associação positiva também da renda. Ou seja, a inclusão de variáveis atitudinais e ideológicas acaba por mitigar os efeitos das medidas de estratificação social.

11. Ainda que na margem da significância estatística de 95%.

Gráfico 1

Associação entre variáveis sociodemográficas e os diferentes tipos de participação política



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IDL.

jamento político na internet e na sociedade civil é mais desigual socialmente que envolvimento nas instâncias partidárias e institucionais.

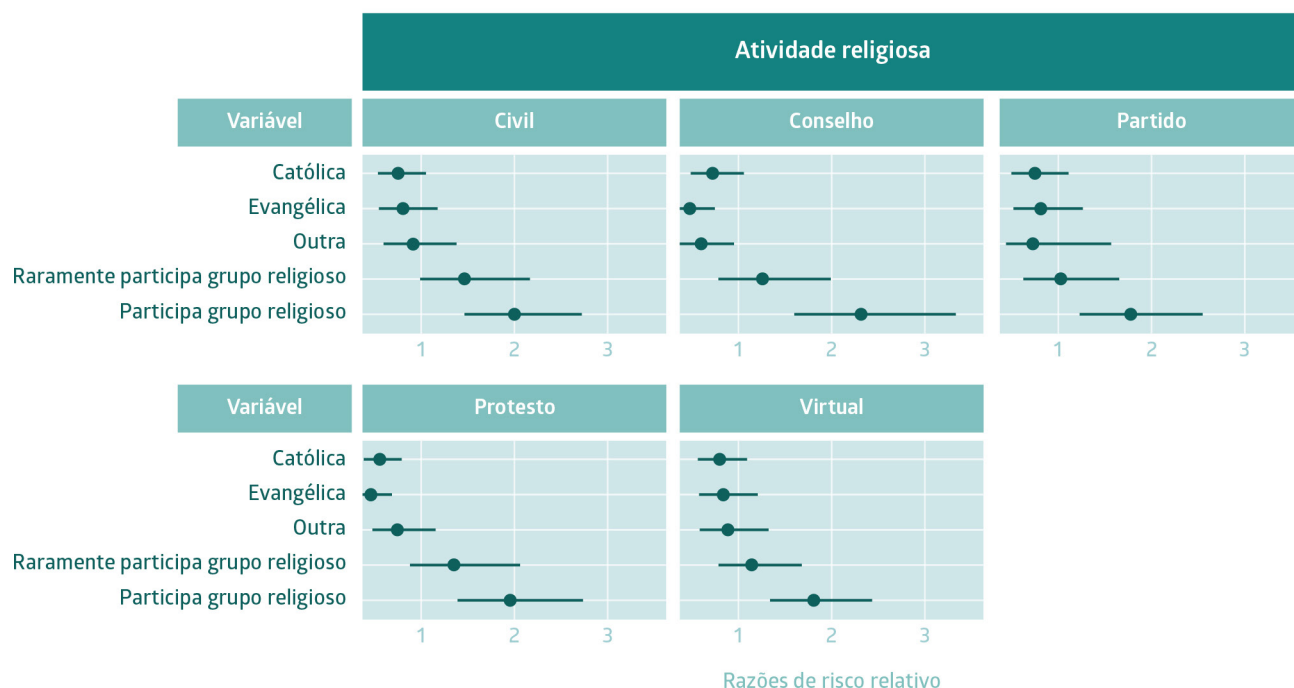
O Gráfico 2 (página 142) apresenta os resultados da religião e do envolvimento em atividades religiosas.

“

ALTA ESCOLARIDADE ESTÁ CORRELACIONADA COM ENGAJAMENTO EM ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM PROTESTOS E MANIFESTAÇÕES VIRTUAIS.”

Gráfico 2

Associação entre variáveis religiosas e os diferentes tipos de participação política



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IDL.

Primeiramente, cabe notar que quase 30% das pessoas sem religião declarada afirmam que participam, em algum grau, de um grupo religioso¹². Em comparação com os “sem religião”, evangélicos participam menos de conselhos estatais e de protestos, e católicos participam menos de protestos. Pessoas que relatam pertencer a outros grupos religiosos, por seu turno, participam menos de conselhos. Independentemente da filiação religiosa, a participação em atividades promovidas por grupo religioso está positivamente relacionada a todos os tipos de engajamento político, em consonância com evidências encontradas nos EUA e com o modelo “recursista”.

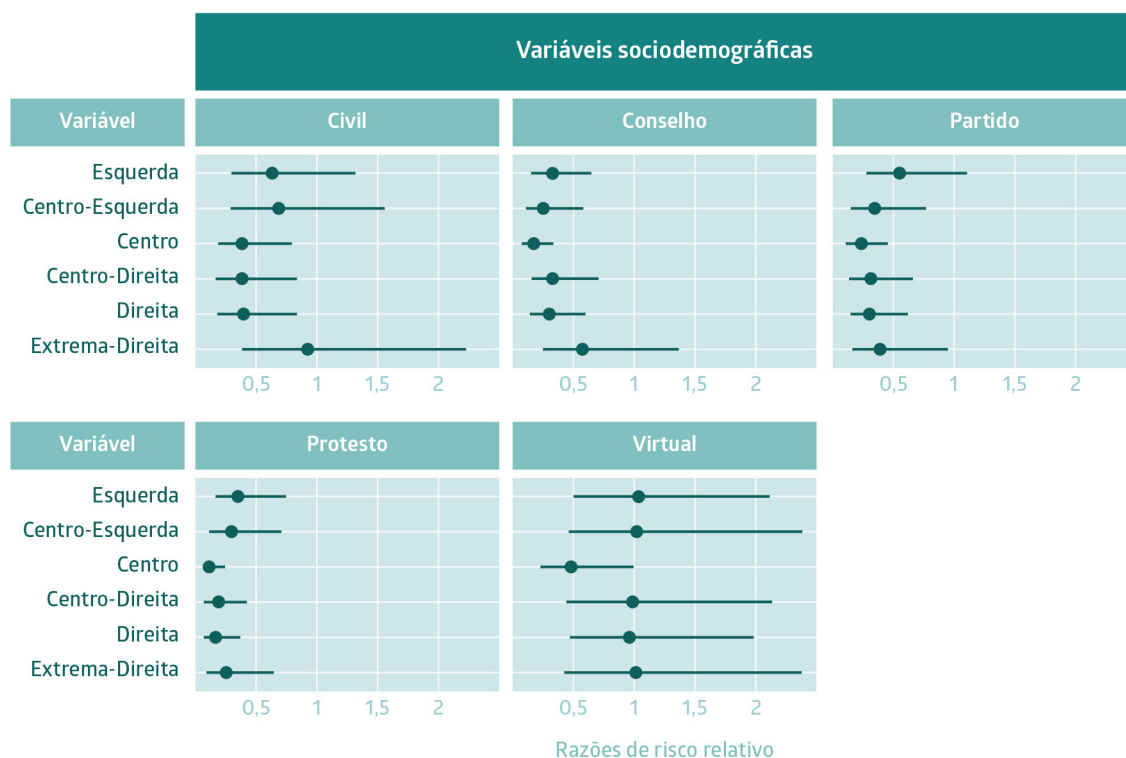
O Gráfico 3 (página 143) apresenta os resultados estimados acerca de posicionamentos ideológicos.

Indivíduos que se localizam na esquerda tendem a ter maior disposição de participação política, principalmente os de extrema esquerda (*baseline*). No entanto, é notável também que o engajamento da extrema direita se iguala ao seu oposto ideológico no âmbito dos conselhos, da sociedade civil e do ambiente virtual. Neste último, aliás, esquerdistas e direitistas moderados e extremados tem grau similar de participação, às expensas dos centristas.

12. Além disso, é necessário um esclarecimento metodológico. No survey do IDL, aplicado a uma amostra de eleitores paulistanos, cerca de 30% dos respondentes se identificaram como “sem religião”. Trata-se de um percentual muito alto, sobretudo se considerarmos que, segundo o Censo 2010, apenas 9,4% dos paulistanos se declaravam “sem religião”. Acreditamos que o percentual de “sem religião” do survey IDL esteja superestimado devido ao modo como a pergunta foi feita. Ela foi feita da seguinte forma: “O sr./sra. pertence a alguma religião ou grupo religioso? Se sim, qual?” É possível que o termo “pertencer” sugira uma ligação excessivamente forte com a religião, de modo que muitos respondentes, mesmo frequentando cultos de uma religião qualquer, tenham negado pertencer àquela religião.

Gráfico 3

Associação entre posicionamento político e os diferentes tipos de participação política



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IDL.

Ou seja, os dados do *survey* do IDL de São Paulo coletado em 2019 de um lado corroboram e de outro refutam percepções difundidas sobre perfis ideológicos de diferentes tipos de participação política. Enquanto é verdade que pessoas situadas à direita participam muitas vezes tanto quanto pessoas de esquerda, esquerdistas relatam que se engajam mais na dimensão dos protestos e manifestações de rua. Além disso, interessante, a internet é permeada pelos diferentes espectros ideológicos, com menor participação, no entanto, dos centristas.

Os resultados do Gráfico 4 (página 144) mostram as correlações entre participação, atitudes e compor-

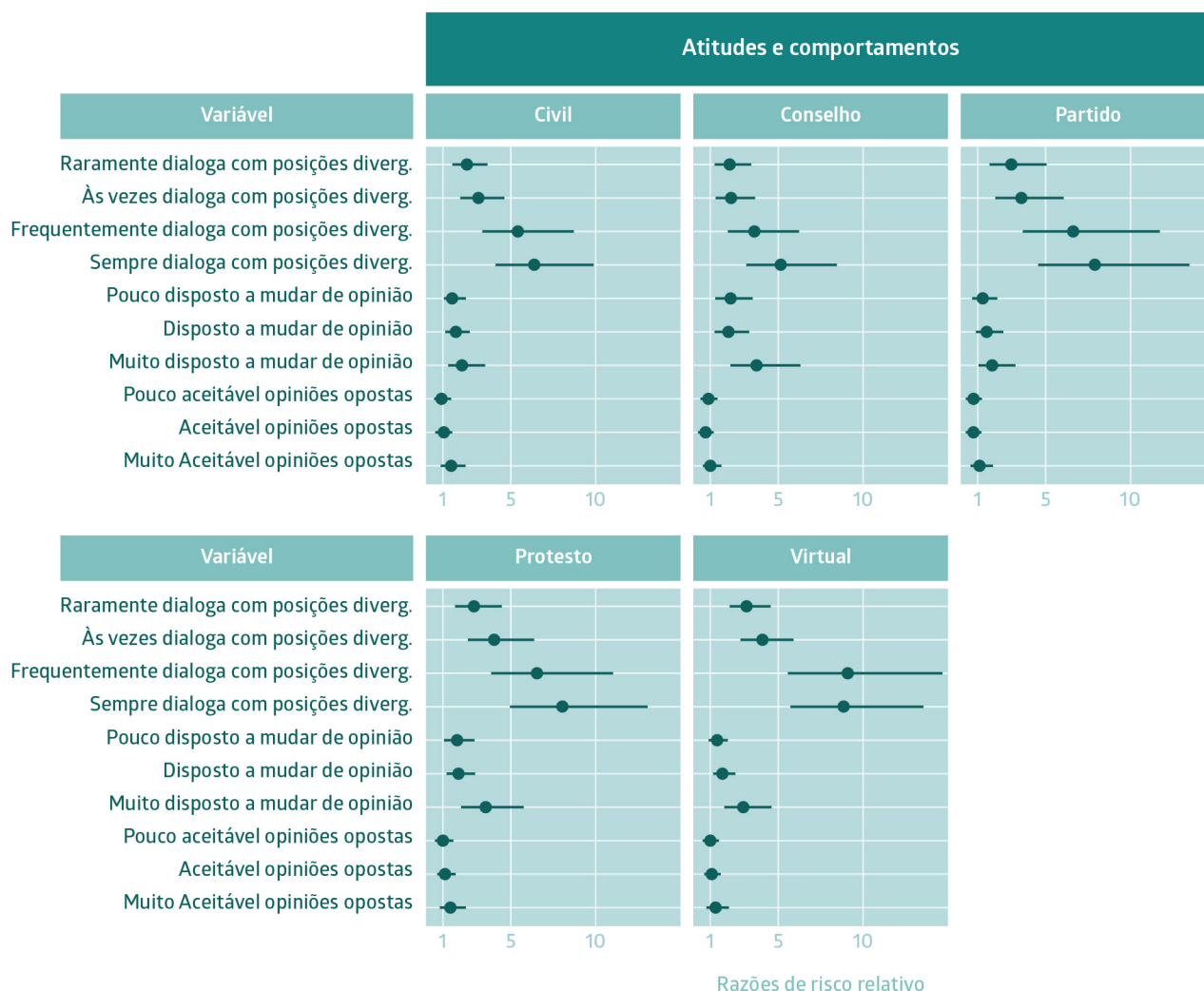
tamentos relacionados com a polarização política.

Interessante notar que pessoas que participam politicamente de todos os tipos analisados têm maior propensão a declarar que dialogam com posições políticas divergentes e que estão mais dispostas a mudar de opinião se assim forem convencidas. Ou seja, os resultados aqui encontrados mostram evidências de que maior engajamento político está relacionado à menor polarização. No entanto, a dimensão da tolerância quanto à expressão de opiniões morais opostas não se relaciona com participação política. Ou seja, os indivíduos que se engajam revelam um comportamento híbrido do ponto de vista dos valores políticos¹³.

13. Além da cautela quanto à direção da causalidade, cabe notar que o desenho do questionário não permite minimizar possíveis efeitos de vies de resposta socialmente desejável nessas questões: as pessoas ativas politicamente poderiam esconder seu real comportamento em prol de respostas com maior aceitação social.

Gráfico 4

Associação entre variáveis de tolerância e os diferentes tipos de participação política



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados do IDL.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo analisamos fatores associados a diferentes tipos de participação política em São Paulo, cidade importante para a história política brasileira e permeada historicamente por diferentes modalidades de engajamento. Os resultados encontrados se mostram teoricamente instigantes. Atributos sociais não têm grande correlação com os diferentes tipos de participação, dadas as demais variáveis incluídas no modelo. Quando o tem, de modo geral mostram maior diferencia-

ção social, em prol das posições mais elevadas, principalmente nas formas menos institucionalizadas de engajamento político, como participação virtual e envolvimento na sociedade civil. Dessa forma, é importante ressaltar o aspecto mais *igualitário* das modalidades mais tradicionais de participação.

Em correspondência com teorias que chamam atenção para a formação de habilidades cívicas para além das posições de renda e escolaridade, envolvimento em grupos religiosos está positiva-

mente associado à participação política em todos os tipos analisados. Ao contrário da impressão geral oriunda da alta visibilidade dos movimentos de direita nos últimos anos, pessoas que se localizam à esquerda no espectro ideológico relatam maior participação mesmo na modalidade de protestos, resultado que merece maiores investigações. No mundo virtual, no entanto, todas as posições ideológicas exibem semelhante grau de engajamento, exceto os entrevistados de centro, que declaram menor engajamento, revelando a diversidade política presente nas redes. Por fim, contrariamente a algumas visões difundidas, nossas evidências indicam que participação política de qualquer tipo não está associada com a polarização: quanto maior o envolvimento, maior a propensão ao diálogo com opiniões diversas e ao convencimento para mudança de posicionamentos políticos.

“

POR FIM, CONTRARIAMENTE A ALGUMAS VISÕES DIFUNDIDAS, NOSSAS EVIDÊNCIAS INDICAM QUE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE QUALQUER TIPO NÃO ESTÁ ASSOCIADA COM A POLARIZAÇÃO: QUANTO MAIOR O ENVOLVIMENTO, MAIOR A PROPENSÃO AO DIÁLOGO COM OPINIÕES DIVERSAS E AO CONVENCIMENTO PARA MUDANÇA DE POSICIONAMENTOS POLÍTICOS.”

Ainda que os dados não permitam nenhuma inferência sobre o conteúdo da participação, apresentamos algumas notas avaliativas dos resultados empíricos para a qualidade da democracia na cidade de São Paulo. Primeiro, a maior heterogeneidade social da participação nos meios tradicionais exige cautela às críticas excessivas aos mecanismos partidários e institucionais, sob pena de minimizar as instâncias socialmente mais inclusivas. Segundo, na mesma toada, as visões negativas ao envolvimento religioso na política não podem desconsiderar que a participação em grupos religiosos facilita a inclusão política de grupos sociais de menor status socioeconômico, contribuindo para pluralizar o espaço público. Por

exemplo, simulações por meio do *Average Marginal Effect* mostram que, entre as pessoas mais pobres, variar o engajamento de “nunca participa de grupo religioso” para “participa de grupo religioso” aumenta em média 6 pontos percentuais (p.p.) a participação partidária, 9 p.p. a participação em conselhos, 8 p.p. o envolvimento em grupos da sociedade civil, 6,3 p.p. em protestos e 7,5 p.p. a participação virtual. Terceiro, a pluralidade ideológica no espaço virtual é algo louvável, assim como o aumento do diálogo com posicionamentos divergentes entre as pessoas mais engajadas, mesmo no ambiente virtual, o que vai ao encontro de alguns estudos que apontam que os efeitos das “câmaras de eco” estão sendo superestimados (Tucker et al., 2018), sinalizando para possibilidades de mitigação da elevada polarização política recente no País.



7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOWITZ, A.; SANDERS, K. Is polarization a myth?. **The Journal of Politics**, v.70, n.2, p.542-555, 2008.
- AGUIAR, L.T. **Um estudo de classe e identidade no Brasil: movimento negro unificado (MNU) – 1978-1990**. Dissertação de Mestrado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- AGUILAR, R. *et al.* Ballot structure, candidate race, and vote choice in Brazil”. **Latin American Research Review**, v. 50, n.3, p.175-202, 2015
- ALONSO, A. “A Política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. **Novos Estudos Cebrap**, ed. especial jun, p.49-58, 2017.
- AMARAL, O. “The Victory of Jair Bolsonaro according to the brazilian electoral study of 2018”, **Brazilian Political Science Review**, v.14, n.1, 2020.
- AVRITZER, L. “Reforma política e participação no Brasil”. In: Avritzer, L.; Anastasia, F. (eds.). **Reforma Política no Brasil**. Editora UFMG. PNUD, 2007.
- BOHN, S. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v.10, n.2, p.288-338, 2004.
- BOOTH, J. A. Political participation in Latin America: levels, structure, context, concentration and rationality. **Latin American Research Review**, v.14, n.3, p.29-60, 1979.
- BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **Political participation in Latin America** (Vol. 1). Holmes & Meier Publishers. 1978
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n. 2, p.263-288, 2012.
- BRADY, H. E. *et al.* Beyond SES: a resource model of political participation. **American Political Science Review**, v.89, n.2, p. 271-294, 1995.
- BUENO, N. S.; FIALHO, F. M. Race, resources and political participation in a Brazilian city. **Latin American Research Review**, v.44, n. 2, p.59-83, 2009.
- CAMPBELL, A. *et al.* **The american voter**. Chicago; University of Chicago Press, 1960.
- CARREIRÃO, Y. S. Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data. **Brazilian Political Science Review**, v.1, n.1, p.70-101, 2007.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Editora Civilização Brasileira; Rio de Janeiro, 2001.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2015.
- DEB, A. *et al.* **Is social media a threat to democracy?** The Omidyar Group, 2017.
- DESPOSATO, S.; NORRANDER, B. The gender gap in Latin America: contextual and individual influences on gender and political participation. **British Journal of Political Science**, v.39, n.1, p.141-162, 2009.
- ERKULWATER, J. L. Political participation over the life cycle. In: Schlozman, K.; Verba, S.; Brady, H. (eds.). **The unheavenly chorus: unequal political voice and the broken promise of american democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- FIALHO, F. M. **Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2008.
- HUNTINGTON, S.; NELSON, J. M. **No easy choice: political participation in developing countries**. Harvard University Press, 1976



- JACOBSON, G. C. Polarized politics and the 2004 congressional and presidential elections. **Political science quarterly**, v.120, n.2, p.199–218, 2005.
- JENNINGS, M-K. Another look at the life cycle and political participation. **American Journal of Political Science**, v.23, n.4, p.755-771, 1979.
- JONES-CORREA, M-A.; LEAL, D. Political participation: does religion matter?. **Political Research Quarterly**, v.54, n.4, p.751-770, 2001.
- LAVALLE, A-G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, v.7, p.33-42, 2011.
- LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o Impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. **Novos Estudos CEBRAP**, v.103, p.99-112, 2015.
- LIMONGI, F. et al. Participação política no Brasil. In: Arretche, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta Anos**. Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2015.
- LONG, S. FREESE, J. **Regression models for categorical outcomes using Stata**. College Station, TX: Stata Press, 2014.
- MARTIN, I.; VAN DETH, J. W. Political involvement. In: Van Deth, J.W.; Montero, J. R.; Westholm, A. (eds.). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis**. London: Routledge, 2007.
- MCLENDON, G.; RIEDL, R. B. Religion as a Stimulant of political participation: experimental evidence from Nairobi, Kenya. **The Journal of Politics**, v.77, n.4, p.1045-1057, 2015.
- MORAIS, J. **Cultura política e capital social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 2017.
- MUCINHATO, R. **Dos autênticos aos governistas: gênese e trajetória do PMDB (1979 a 2002)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- QUINTELIER, E. Differences in political participation between young and old people. **Contemporary politics**, v.13, n.2, p.165-180, 2007.
- OLSON, M. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Harvard University Press, 1965.
- RIBEIRO, E.; WALTER, A. Religião e participação política: instituições religiosas e o desenvolvimento de habilidades cívicas. **Revista Debates**, v.11, n.1, p.137-158, 2017.
- SANTOS, G. Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.63, p.121-135, 2007.
- SCHOLOZMAN, K-L. et al. Gender and the pathways to participation: the role of resources. **The Journal of Politics**, v.56, n.4, p.963-990, 1994.
- SILVA, T.; SILVA, E. Eleições no Brasil antes da democracia: o código eleitoral de 1932 e os Pleitos de 1933 e 1934. **Revista de Sociologia e Política**, v.23, n.56, p.75-106, 2015.
- SIMONI JR, S. (2019). Volatilidade eleitoral e sistema partidário: em busca de uma abordagem alternativa. **Revista Teoria e Pesquisa**, v.28, n.3, p.48-74, 2019
- SORJ, B. Online/off-line: o novo tecido do ativismo político. Em: Sorj, Bernardo e Fausto, Sergio (org.) **Ativismo político em tempos de internet**. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2016.
- SOUZA, A. Raça e Política no Brasil urbano. **Revista de Administração de Empresas**, v.11, n.4, p.61–70, 1971.
- SOUZA, R. **Cenários de protesto: mobilização e espacialidade no ciclo de confronto de junho de 2013**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- STOKER, L.; JENNINGS, M. Life-cycle transitions and political participation: the case of marriage. **American Political Science Review**, v.89, n.2, p.421-433, 1995.

TATAGIBA, L. et al. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, v.18, n.2, p.399-426, 2012

TATAGIBA, L.; BLICKSTAD, K. Como se fosse uma eleição para vereador': dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, v.84, p.175-217, 2011

TUCKER, J. *et al.* Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature. Paper preparado para a Hewlett Foundation. 2018. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/87402/1/Social-Media-Political-Polarization-and-Political-Disinformation-Literature-Review.pdf>.

VAN DER MEER, T. W. *et al.* The politicized participant: ideology and political action in 20 democracies. *Comparative Political Studies*, v.42, n.11, p.1426-1457, 2009.

VAN DETH, J. W. Political participation. **The international encyclopedia of political communication**, p.1-12, 2015.

VERBA, S. Democratic participation. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v.373, n.1, p.53-78, 1967.

VERBA, S.; NIE, N. **Participation in america**: political democracy and social equality. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, S. et al. **Voice and equality**: civic voluntarism in american politics. Harvard University Press, 1995.

_____. *et al.* Race, Ethnicity and political resources: participation in the United States. **British Journal of Political Science**, v.23, n.4, p.453-497, 1993.

VISSERS, S.; STOLLE, D. The Internet and new modes of political participation: online versus offline participation. **Information, Communication & Society**, v. 17, n. 8, p. 937-955, 2014.

WOLFINGER, R. E.; ROSENTONE, S.-J. **Who votes?** Yale University Press, 1980.

XENOS, M. et al. The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies. **Information, Communication & Society**, v.17, n.2, p.151-167, 2014.